



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

MANHÃ

TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA - NÍVEL MÉDIO

TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e o tema da redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **15 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual

Nem tudo que reluz é ouro.

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de resposta da prova objetiva e da folha de textos definitivos da redação é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a troca das folhas
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e na folha de textos definitivos,
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Abaixo aparecem pequenos textos publicitários; a opção em que o texto vem acompanhado de uma característica adequadamente identificada é:

- (A) Roupas *Fax*: um monstro de elegância / a formação de um superlativo por meio da significação de um substantivo;
- (B) Conhaque *Barcelona*: macio sabor / a indicação de uma qualidade estranha, que desperta curiosidade no consumidor;
- (C) Vinho *Málaga*: um vinho de anos que não tem hora / o emprego de uma expressão popular em uma frase com tom erudito;
- (D) *Fanta*, fantástico refrigerante / utilização de uma estratégia poética, que é a rima;
- (E) *Rexona* não te abandona / transposição de uma frase que estabelece discordância entre a expressão e o conteúdo.

2

Observe o seguinte texto, retirado de um livro de Sociologia: “Os escravos tinham o direito legal de casar-se, mas os que desejavam fazê-lo enfrentavam alguns obstáculos, entre outros motivos porque os escravos superavam enormemente o número de escravas.”

Nesse texto, aparece um emprego especial do verbo *fazer*, que só NÃO se repete na seguinte frase:

- (A) Algumas pessoas construíram casas à beira da via férrea e nunca se declararam arrependidas de o terem feito;
- (B) Ela caminhava todos os dias por duas horas todas as manhãs; eu também já fiz isso;
- (C) Ler romances de Machado de Assis é uma tarefa agradável; não fazê-lo é perda de oportunidade de progresso;
- (D) Todos os estudantes cumpriram as suas tarefas; João foi o único a não fazer a redação;
- (E) Plantar árvores frutíferas é útil e agradável; o agricultor que faz isso pode ganhar muito dinheiro.

3

Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático.

A frase abaixo que emprega corretamente essa estratégia é:

- (A) Ela não só trabalha na fábrica como também é enfermeira;
- (B) Trata-se de uma lei que é dura e que pode dar jeito no setor;
- (C) Os deputados negaram estarem as comissões atrasadas em seus trabalhos e que eles tudo têm feito para um melhor desempenho;
- (D) Não se trata mais de verificar a seriedade das pesquisas ou que os jornais as tenham feito de forma apressada;
- (E) Foi solicitado o cancelamento de um jornalista e empresário conhecido, que tem dois dias para apresentar sua defesa.

4

Muitas vezes temos que redigir textos argumentativos, ou seja, para mostrar que uma determinada ideia (tese) é verdadeira, utilizamos argumentos; nossa argumentação pode ter caráter objetivo ou subjetivo.

A frase abaixo que mostra uma argumentação subjetiva é:

- (A) Uma das principais causas de morte de jovens nas grandes cidades brasileiras são os acidentes de trânsito; a cada ano morrem cerca de 4.000 jovens entre 15 e 29 anos;
- (B) Hoje, não se pode viver sem um telefone celular ou semelhante, sob risco de ficar socialmente à margem;
- (C) Já ficou comprovado que mais de 50% das pessoas consultam seu celular logo assim que despertam;
- (D) Se a mesa mede 130cm x 60cm, não podemos colocá-la no salão, pois só há um espaço vago de 100cm x 50cm;
- (E) Sigo rigorosamente a dieta estabelecida pela OMS e meus exames têm mostrado um resultado excelente.

5

Eis um exemplo de texto informativo:

Um adolescente de 16 anos sofreu um acidente na Avenida Central, em Cidade Bonita, tentou fugir da Polícia Militar que chegava para atender a ocorrência e bateu novamente em uma carreta, a cerca de 2 km do local onde ele se acidentou pela primeira vez, nessa quinta-feira (18). A vítima foi encaminhada ao hospital em estado grave.

A Polícia Militar informou que foi acionada para socorrer o motociclista que havia batido em uma carreta. Ao se aproximarem, depois de acionados para o socorro, os policiais encontraram o adolescente caído atrás da carreta e a moto dele estacionada no canteiro.

Abaixo estão algumas recomendações para a redação de textos informativos; a recomendação que foi desobedecida na formulação do texto acima é:

- (A) não se devem usar palavras familiares, nem vagas, nem muito menos indecorosas;
- (B) não se devem utilizar palavras eruditas, rebuscadas, pois sua finalidade primeira é que sejam compreensíveis;
- (C) deve-se ter muita clareza; nada de metáforas poéticas, ditados populares, nem qualquer outro elemento que possa produzir duplas interpretações;
- (D) deve-se ter por objeto um fato real, daí que a fidelidade à realidade seja uma obrigação, não se criando fatos de ficção e ancorando os dados fornecidos;
- (E) deve-se evitar repetir algo que já tenha sido previamente explicado e pretende-se que a informação seja dada da forma mais clara possível.

6

Em todos os textos a seguir há a retomada de um termo anterior, fato indispensável na estruturação textual.

O texto abaixo em que o elemento destacado retoma de forma adequada um termo anterior é:

- (A) Esta banda de fama internacional representa a vanguarda da música moderna. Eles iniciarão em breve uma turnê pelo Canadá e Estados Unidos;
- (B) O guia encontrou seu grupo pouco tempo depois da abertura das portas do museu e ele lhes explicou o roteiro da visita;
- (C) Fátima e Bruna vão se mudar em breve; ela vai passar a morar muito perto de mim;
- (D) A neve começou a cair na Europa e, algumas horas depois, tudo estava coberto. Um imenso tapete branco se estendia a perder de vista;
- (E) Antônio acaba de comprar duas esferográficas, três lápis e folhas de papel em branco. Ele vai precisar desses artefatos em seu curso universitário.

7

Um texto é adequado quando se adapta perfeitamente à situação comunicativa em que está inserido (relação entre emissor e receptor, canal de transmissão, intenção comunicativa...).

Levando-se em conta esses fatores, é inadequado:

- (A) tratar, numa entrevista de trabalho, o entrevistador de “você”;
- (B) expressar opiniões pessoais em uma notícia de jornal;
- (C) empregar expressões coloquiais na reprodução de um diálogo entre jovens à porta da escola;
- (D) ler poemas de Shakespeare para alunos universitários;
- (E) detalhar minuciosamente a visão de um acidente de trânsito em um depoimento às autoridades.

8

Um dos pontos mais importantes de um texto é a coerência; a frase abaixo que se mostra inaceitável quanto à coerência é:

- (A) O porteiro nos impediu de entrar, mas não o levamos em conta e entramos;
- (B) O crítico de futebol está sempre com a razão porque só começa a falar quando o jogo termina;
- (C) A grama no jardim do vizinho está sempre mais verde;
- (D) As fechaduras atraem os ladrões. O arrombador não entra em casa aberta;
- (E) Sempre estou disposto a novos desafios, pois estou preparado para tudo.

9

Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase.

A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- (A) Foram à loja e escolheram um carro rápido;
- (B) O pai disse ao menino que podia decidir o que quisesse;
- (C) Não os aceitaram no clube pelos preconceitos;
- (D) Os meninos escolheram brinquedos que eram muito divertidos;
- (E) O síndico encontrou-se com o porteiro para diminuir a sua preocupação.

10

O objetivo do discurso argumentativo, como sabemos, é o de defender ou atacar um ponto de vista qualquer. A escolha de uma estratégia argumentativa é determinada em função da situação comunicativa global.

Observe, por exemplo, o texto a seguir.

É uma questão grave para os pais o estabelecimento de um limite de liberdade na educação dos filhos. Se os mais liberais dizem que a liberdade total é bastante educativa, os menos radicais defendem que o controle os prepara melhor para a vida futura. Se argumentamos que é triste o grande número de menores desajustados, a resposta é a de que eles são problemas menos graves do que os perfeitamente ajustados, mas infelizes.

Nesse caso, a estratégia argumentativa utilizada é:

- (A) a concessão, ou seja, aceitar um aspecto da tese contrária, seja para mostrar adesão parcial, seja para antecipar uma eventual objeção;
- (B) a refutação, que consiste em examinar cada um dos argumentos de uma tese, contestando o principal deles;
- (C) a adesão, que consiste em aderir completamente a uma tese apresentada;
- (D) a confrontação, que compara dois argumentos, mostrando pontos de divergência ou convergência;
- (E) o exame crítico, que revê os principais argumentos que defendem uma tese, mostrando seus pontos fortes e fracos.

11

O filósofo Pascal escreveu certa vez: “O tempo cura as dores e as queixas, porque nós nos modificamos, não somos sempre a mesma pessoa. Nem o ofensor, nem o ofendido, são os mesmos. É como um povo que foi maltratado e que é reencontrado após duas gerações. São ainda os franceses, mas não os mesmos”.

Para defender uma tese, o autor apela para diferentes tipos de raciocínio. O processo utilizado nesse pequeno texto é o de raciocínio:

- (A) dedutivo, que parte de uma ideia geral, de um princípio, para daí tirar uma consequência particular;
- (B) indutivo, que parte de vários fatos particulares, para daí tirar um princípio geral;
- (C) por oposição, em que se colocam duas situações contrárias;
- (D) pelo absurdo, em que se supõe uma ideia contrária à tese defendida para mostrar que essa última acaba por uma conclusão falsa ou absurdo;
- (E) por analogia, em que se utiliza uma comparação para a defesa da tese.

12

Observe o texto a seguir.

Os nutricionistas acham que a alimentação humana precisa de uma modificação radical. Primeiro, porque é sumamente importante incentivar o consumo de legumes e frutas, que está em baixa. Se só fosse isso, o controle nutricional no ambiente familiar seria suficiente, mas ocorre também o alto consumo de alimentos industrializados, motivado pela pressa e pela falta das já antigas empregadas domésticas. E o consumo de carne, como fica? Ela também é necessária ou não? A alimentação é uma questão de educação, centralizada no equilíbrio.

Esse é um texto argumentativo. Sobre a sua estruturação, a afirmação correta é:

- (A) os argumentos apresentados na defesa da tese adversária são parcialmente admitidos pelo argumentador, que deseja refutá-los;
- (B) os exemplos podem funcionar como argumentos, como acontece neste texto;
- (C) o texto começa pela exposição da tese contrária, que o autor deseja combater;
- (D) as perguntas inseridas no meio do texto funcionam como propostas de reflexão para o próprio autor;
- (E) o último período do texto mostra um testemunho de autoridade fundamentado no conhecimento científico.

13

Um dos problemas que apresenta a educação superior no Brasil ainda é a pequena quantidade de pessoas formadas em níveis de mestrado ou doutorado.

O Brasil só forma anualmente 18 doutores por cada um milhão de habitantes, e muitas das teses analisam temas muito distantes das necessidades básicas de nosso momento histórico.

Em relação ao segundo parágrafo desse pequeno texto, a afirmação adequada é:

- (A) mostra a tese defendida pelo autor;
- (B) indica uma conclusão do tema exposto no parágrafo anterior;
- (C) utiliza a descrição como estratégia expositiva;
- (D) seleciona argumentos para a defesa da tese apresentada;
- (E) acrescenta informações que respaldam o já expresso.

14

“A imagem era de uma pessoa que não podia inspirar outro sentimento que não o do respeito, porque seu aspecto mostrava uma face larga com um grande nariz e pequenos olhos abaixo de grossas sobrancelhas. Uns lábios finos se desenhavam sob um bigode tímido, tudo isso com uma pele morena bastante fresca com traços de ótima saúde. A cabeça era suportada por um corpo bastante avantajado...”

Esse pequeno fragmento é exemplo de um texto descritivo. A afirmação correta sobre ele é:

- (A) a descrição se limita a características físicas de uma pessoa, particularmente de sua cabeça;
- (B) a tendência global dos traços descritivos apresentados é caracterizar uma pessoa por sua firmeza e elegância;
- (C) a estratégia descritiva empregada é a de dar uma ideia do todo, mostrando a seguir detalhes desse todo;
- (D) o observador encarregado da descrição faz questão de ser bastante objetivo, sem interferências de caráter subjetivo;
- (E) as características apresentadas, relativas ao aspecto geral da pessoa descrita, não confirmam a imagem de respeito referida no início do texto.

15

Muitos que escrevem exploram a riqueza da polissemia, ou seja, a possibilidade de um vocábulo mostrar mais de um significado.

A frase abaixo em que a polissemia NÃO está presente é:

- (A) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de reenviar as imagens;
- (B) Dentro das cápsulas de viagens interplanetárias, o espaço é cada vez maior;
- (C) Nos exames finais, o mestre teve uma prova do pouco estudo do aluno;
- (D) Muitas das aldeias portuguesas estão quase desabitadas;
- (E) O ator declarava que a sua vida tinha sido um teatro.

Língua Inglesa

How the auditing profession is transforming to meet future challenges

The way that audit professionals work has recently undergone the biggest and fastest change that any of us have experienced in our working lives. COVID-19 has accelerated audit firms' transition toward new ways of operating that will outlast the immediate effects of the pandemic.

The sudden shift to remote and flexible working by both audit firms and the companies they audit adds a new dimension to the challenge already faced in adapting the audit to a fast-evolving corporate world. Companies' business models are growing more complex as they move through digital transformation, and this is placing new demands on audit professionals. However, new ways of working will bring important benefits as well as posing challenges that have to be addressed.

As digital technologies and data analysis become increasingly central to the audit process – as well as to companies' business models – audit firms will require a more diverse range of skills. They have traditionally recruited people with business backgrounds but, in the future, all auditors will need an increased level of technological understanding.

In addition, audit firms will require more people with significant expertise in STEM subjects (science, technology, engineering and mathematics) to enable them to leverage technology effectively for audit purposes. Not all these specialists will become qualified auditors, but some undoubtedly will, and their arrival will increase the diversity of audit teams.

The personal characteristics audit firms look for in new team members will evolve as well. Traditionally, firms have emphasized personal integrity and professional skepticism in audit professionals, and these attributes will undoubtedly remain vital. But in the new and fast-developing environment, auditors will also need to develop even deeper knowledge of business, a powerful curiosity about technologies and an agile mindset that embraces disruption.

The shift in people's working lives has been extraordinary. However, the reaction to the COVID-19 pandemic has demonstrated that, when the situation demands it, audit firms are capable of rapidly making significant changes to the way they operate.

Increased flexibility will bring other important benefits, especially if it results in firms placing more emphasis on performance in terms of output and productivity. More broadly, the changes brought about by COVID-19 will help to accelerate cultural change in organizations and make them more open to different ways of working.

[...]

Source: Adapted from https://www.ey.com/en_gl/assurance/how-the-auditing-profession-is-transforming-to-meet-future-challenges

16

Based on the information provided by the text, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Changes in audit operations have been progressing at an unhurried pace.
- () The pandemic has had an impact on the way auditors work.
- () A few experts from different areas may become auditors.

The statements are, respectively:

- (A) F – T – T;
- (B) T – F – F;
- (C) T – F – T;
- (D) T – T – F;
- (E) F – T – F.

17

In the first paragraph, the sentence “new ways of operating that will outlast the immediate effects of the pandemic” implies that these innovations will:

- (A) end as the virus disappears;
- (B) remain beyond the calamity;
- (C) fade out with the adversities;
- (D) be considered with much caution;
- (E) abate at the outbreak of the disease.

18

In the sentence “They have traditionally recruited people” (third paragraph), “they” refers to:

- (A) digital technologies;
- (B) business models;
- (C) range of skills;
- (D) all auditors;
- (E) audit firms.

19

“More broadly” in “More broadly, the changes brought about by COVID-19 will help to accelerate cultural change [...]” (last paragraph) can be replaced without change in meaning by:

- (A) More specifically;
- (B) In general terms;
- (C) In summary;
- (D) All in all;
- (E) After all.

20

The excerpt that clearly refers to a specific requirement expected from auditing professionals from now on is:

- (A) “(...) when the situation demands it, audit firms are capable of rapidly making significant changes to the way they operate”;
- (B) “The personal characteristics audit firms look for in new team members will evolve as well”;
- (C) “They have traditionally recruited people with business backgrounds (...)”;
- (D) “(...) all auditors will need an increased level of technological understanding”;
- (E) “new ways of working will bring important benefits as well as posing challenges that have to be addressed”.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

21

O número de anagramas da palavra **CONCURSO** que começam por **C** ou terminam por **O** é:

- (A) 1.260;
(B) 1.440;
(C) 4.320;
(D) 5.040;
(E) 10.080.

22

Em um plano horizontal há um poste vertical com uma lâmpada (L) em cima, um objeto vertical (X) com 2 m de altura e uma parede vertical (P). O plano que contém o poste e o objeto é perpendicular ao plano da parede.

Quando o objeto (X) é equidistante do poste e da parede, a parte de sua sombra projetada na parede mede 50 cm (Fig 1).

Quando a distância do objeto (X) à parede é o triplo de sua distância ao poste, a sua sombra no chão mede 3,2 m (Fig 2).

Fig 1

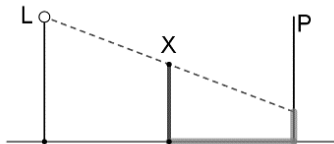
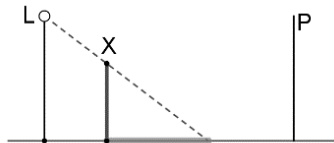


Fig 2

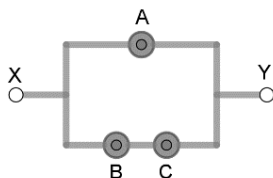


A distância, em metros, entre o poste e a parede é:

- (A) 8,4;
(B) 8,8;
(C) 9,2;
(D) 9,6;
(E) 10,0.

23

A figura abaixo mostra um encanamento com entrada de água em X e saída em Y com registros A, B e C.



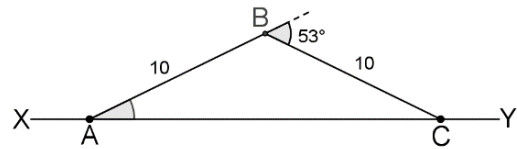
Cada registro pode estar aberto (deixando a água passar) ou fechado (bloqueando a passagem da água).

Para que a água que entra em X saia por Y é necessário que:

- (A) o registro A esteja aberto;
(B) os registros A e B estejam abertos;
(C) os registros B ou C estejam abertos;
(D) os três registros estejam abertos;
(E) os registros A ou B estejam abertos.

24

Um avião percorria a trajetória reta XY da figura abaixo, de X para Y, quando o piloto percebeu turbulências à frente. Para evitá-las fez, no ponto A, um giro na trajetória para a esquerda e percorreu 10 km. No ponto B fez um giro de 53° para a direita e, ao percorrer mais 10 km, percebeu que tinha atingido o ponto C da trajetória inicial.



Dados:

Use o necessário,

$$\sin 37^\circ = 0,6$$

$$\cos 37^\circ = 0,8$$

$$\sqrt{5} = 2,24$$

A distância entre os pontos A e C é, aproximadamente:

- (A) 16,4;
(B) 16,7;
(C) 17,1;
(D) 17,5;
(E) 17,9.

25

Considere o sistema linear $\begin{cases} x - 2y + z = 4 \\ -3x + y + 2z = 3 \end{cases}$.

Sabe-se que $x + y > 100$.

O menor valor inteiro de z que satisfaz as condições dadas é:

- (A) 52;
(B) 53;
(C) 54;
(D) 55;
(E) 56.

Noções de Tecnologia da Informação

26

No Excel 2010, considere uma planilha nova na qual foram aplicadas as seguintes operações:

- na célula A1 foi digitado o número 0;
- na célula A2 foi digitado o número 1;
- na célula A3 foi digitada uma fórmula;
- a célula A3 foi copiada com Ctrl-C e colada com Ctrl-V na região A4:A10.

Concluídas essas operações, as células A5 e A9 exibiam, respectivamente, os valores 3 e 21.

A fórmula digitada originalmente na célula A3 deve ter sido:

- (A) =A2 + A\$1 + 1
(B) =A\$2 + \$1
(C) =A1 + A2 + 1
(D) =A1 + 1
(E) =A2 + A1

27

Sobre as senhas de proteção e gravação para documentos Word 2010 no Windows 10, analise as afirmativas a seguir.

- I. As senhas de proteção e gravação, quando utilizadas simultaneamente, não podem ser iguais.
- II. Um arquivo com uma senha de gravação, com ou sem senha de proteção, será aberto no modo *Somente leitura (read only)* se a senha de gravação não for fornecida.
- III. Não é possível copiar e colar, por meio do *Explorador de Arquivos* do Windows, um arquivo que tenha senha de gravação.
- IV. É possível salvar sem senha de proteção um arquivo que foi aberto com uma senha de proteção.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I, II;
- (B) II, III;
- (C) II, IV;
- (D) I, II, III;
- (E) II, III, IV.

28

Joana decidiu restaurar, para os padrões originais, as configurações do Google Chrome no seu notebook com Windows 10. Para tanto, usou o comando "Redefinir configuração", disponível na interface no caminho *Configurações/Avançado/Redefinir e limpar*.

Além de redefinir as configurações, esse comando implica:

- (A) redefinir os atalhos do Chrome, desativar extensões, excluir senhas salvas, excluir cookies e outros dados temporários de sites;
- (B) remover os favoritos, excluir cookies e outros dados temporários de sites;
- (C) desativar extensões, excluir histórico, excluir cookies e outros dados temporários de sites;
- (D) redefinir os atalhos do Chrome, desativar extensões, excluir cookies e outros dados temporários de sites;
- (E) redefinir os atalhos do Chrome, desativar extensões, excluir histórico, excluir favoritos, excluir senhas salvas, excluir cookies e outros dados temporários de sites.

29

No caso em que funcionários de uma empresa utilizam o recurso Conexão de Área de Trabalho Remota (*Remote Desktop*) do Windows 10, no trabalho remoto, o uso da infraestrutura pública de rede acentua os riscos e impõe o uso de tecnologias específicas.

A tecnologia/ferramenta amplamente empregada nesses casos, no sentido de reforçar a privacidade das conexões remotas, é conhecida pela sigla:

- (A) Firewall;
- (B) FTP;
- (C) HTTP;
- (D) TCP/IP;
- (E) VPN.

30

Fernando recebeu um arquivo com o resultado de um teste de redação e matemática aplicado aos candidatos a uma vaga na sua instituição e importou os dados para uma planilha Excel 2010 no Windows 10.

Com centenas de linhas, a lista contém o nome de cada candidato e as duas notas, como mostra o extrato a seguir.

	A	B	C
1	Candidato	Redação	Matemática
2	João	5	4
3	Maria	4	2
4	Mariana	7	3
5	José	3	3
6	Pedro	8	2
7	Joana	7	6
8	Natália	8	5
9	Mariana	7	3
10	Carlos	8	6

Fernando decidiu melhorar a visualização dos dados, de modo a identificar as melhores notas e os candidatos com notas consistentemente mais altas, além de localizar eventuais duplicações que pudessem ocorrer nos dados. Para obter esse resultado, considere a utilização dos seguintes recursos do Excel:

- (R1) *Formatação Condicional* na guia *Página Inicial*;
- (R2) *Macros* personalizadas na guia *Desenvolvedor*;
- (R3) *Teste de Hipóteses* na guia *Dados*;
- (R4) *Validação de Dados* na guia *Dados*.

O(s) recurso(s) escolhido(s) e a justificativa correta para sua utilização são:

- (A) R1 e R4 combinados, porque há demandas de naturezas distintas e exclusivas;
- (B) R1 somente, porque é suficiente para essa tarefa;
- (C) R3 e R4 combinados, porque há demandas de naturezas distintas e exclusivas;
- (D) R4 somente, porque é suficiente para essa tarefa;
- (E) R2, porque não há como obter esse efeito somente com combinações de um ou mais dos demais recursos considerados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

31

Ana, servidora pública federal, ocupante de cargo de provimento efetivo, que vinha passando por sérios problemas de saúde, procurou obter orientação a respeito dos aspectos afetos à aposentadoria por incapacidade permanente, sendo-lhe informado, corretamente, que essa modalidade de aposentadoria, observados os balizamentos legais:

- (A) foi extinta do regime próprio e do regime geral de previdência social;
- (B) uma vez deferida, impede que Ana seja readaptada para exercer funções afetas a cargo diverso;
- (C) é deferida, se for o caso, no cargo em que Ana estiver investida, desde que não seja possível a readaptação;
- (D) uma vez deferida, torna-se definitiva, em atenção ao direito adquirido, não se exigindo a continuidade das condições que ensejaram sua concessão;
- (E) é sempre deferida no cargo ocupado pelo servidor, situação jurídica que somente será alterada caso, em processo de avaliação periódica, seja identificada a cessação das razões.

32

O prefeito do Município Alfa foi intimado pelo Tribunal de Contas a apresentar todos os atos de admissão de pessoal, realizados durante o último exercício, para fins de “registro”, já que não fora detectado o encaminhamento de qualquer ato dessa natureza.

Ao consultar sua assessoria sobre a compatibilidade dessa exigência com a ordem constitucional, o prefeito municipal foi corretamente informado de que ela é:

- (A) constitucional, devendo abranger todas as nomeações, para cargos em comissão e para cargos de provimento efetivo, sendo a análise do Tribunal extensiva à legalidade e à conveniência dos atos;
- (B) constitucional, excetuadas apenas as nomeações para cargos em comissão, que não devem ser objeto de registro, sendo a análise do Tribunal extensiva à legalidade e à conveniência dos atos;
- (C) inconstitucional, pois a separação dos poderes impede que a definitividade dos atos do Poder Executivo seja obstada pela necessidade de registro de seus atos junto a outra estrutura;
- (D) constitucional, devendo abranger todas as nomeações, para cargos em comissão e para cargos de provimento efetivo, cingindo-se a análise do Tribunal à legalidade dos atos;
- (E) constitucional, excetuadas apenas as nomeações para cargos em comissão, que não devem ser objeto de registro, cingindo-se a análise do Tribunal à legalidade dos atos.

33

O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos.

Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- (A) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade;
- (B) vagos ou ocupados podem ser extintos por decreto, desde que haja autorização legal específica;
- (C) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei;
- (D) uma vez criados, em obediência ao ato jurídico perfeito, não podem ser extintos;
- (E) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos.

34

Antônio almejava seguir carreira pública e se informou com um profissional da área a respeito da possibilidade de ocupar mais de um cargo ou emprego em entes da Administração Pública direta ou indireta.

Foi informado a Antônio que (1) a acumulação somente é permitida nas hipóteses indicadas na ordem constitucional; (2) a restrição de acumulação não alcança as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade econômica em sentido estrito, havendo paridade de tratamento com as empresas privadas; (3) a restrição de acumulação somente alcança os cargos de provimento efetivo; e (4) deve existir compatibilidade de horários.

À luz da sistemática constitucional, está(ão) correta(s):

- (A) apenas as informações 1 e 4;
- (B) apenas as informações 2 e 3;
- (C) apenas as informações 1, 2 e 3;
- (D) apenas as informações 2, 3 e 4;
- (E) as informações 1, 2, 3 e 4.

35

Antônio realizou ampla análise do disposto no Art. 5º, XLII, da Constituição da República de 1988, cuja primeira parte dispõe que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível”, enquanto a segunda parte acresce o seguinte: “sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Ao final, Antônio concluiu, corretamente, que da primeira parte do preceito é obtida uma norma de:

- (A) eficácia contida e de princípio institutivo, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia plena e de aplicabilidade imediata;
- (B) eficácia limitada e de aplicabilidade direta, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia contida e de natureza programática;
- (C) eficácia plena e de aplicabilidade imediata, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia limitada e de princípio institutivo;
- (D) eficácia plena e de aplicabilidade imediata, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia limitada e de natureza programática;
- (E) eficácia plena e de aplicabilidade indireta, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia contida e de aplicabilidade imediata.

36

Mariah nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade búlgara, aqui se encontravam a trabalho em uma sociedade empresária da área de cosméticos. Poucos meses depois do nascimento, a família deixou o país e passou a morar em caráter definitivo na Bulgária. Quando completou 25 anos de idade, Mariah foi acusada da prática de crime, teve sua prisão decretada e fugiu para o Brasil. A Bulgária requereu a sua extradição.

À luz da sistemática constitucional, o Brasil:

- (A) não pode deferir a extradição em hipótese alguma, pois Mariah é brasileira nata;
- (B) pode deferir a extradição, salvo se Mariah tiver feito a opção pela nacionalidade brasileira quando completou 21 anos de idade;
- (C) pode deferir a extradição, salvo se o caso versar sobre crime político ou de opinião, já que Mariah não tem a nacionalidade brasileira;
- (D) não pode deferir a extradição, salvo se Mariah, brasileira nata, for acusada da prática de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins;
- (E) pode deferir a extradição, pois, caso Mariah tenha a naturalização brasileira deferida, isso não obsta a extradição em razão de crimes praticados em momento anterior.

37

Ilana, deputada estadual, tomou conhecimento de que o prefeito do Município Alfa decidira construir uma escola pública no Bairro X, iniciativa muito comemorada pelos moradores do local. No entanto, ao analisar as características dos terrenos em que a escola seria construída, Ilana descobriu que se tratava de uma unidade de preservação ambiental.

Ao consultar um advogado sobre a ação constitucional que poderia ajuizar para obstar a construção, Ilana foi corretamente informada de que:

- (A) seria possível ajuizar ação popular, considerando o dano que seria potencialmente causado ao meio ambiente com a construção da escola;
- (B) seria possível impetrar mandado de segurança, única ação constitucional que se presta a evitar irregularidades praticadas em detrimento do interesse público;
- (C) seria possível ajuizar ação popular, mas apenas se houvesse prova de irregularidades na contratação da construtora, causando danos ao patrimônio público;
- (D) não seria possível ajuizar qualquer ação, pois tanto a decisão política de construir a escola como o local em que tal ocorreria eram da alçada exclusiva do prefeito municipal;
- (E) seria possível impetrar mandado de segurança, ação mais célere para obstar a consumação do dano ambiental, desde que houvesse prova pré-constituída da narrativa.

38

Em razão de calamidade da natureza, de grandes proporções, que assolou o Estado Beta, foi promulgada a Lei estadual nº XX, autorizando que o poder público subvencionasse as organizações religiosas que se encontravam instaladas no local por ocasião da referida calamidade. O objetivo era assegurar o seu funcionamento, de modo que pudessem oferecer o apoio espiritual necessário aos fiéis.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei estadual nº XX é:

- (A) inconstitucional, pois é vedado, em qualquer hipótese, que os entes federativos subvençionem as organizações religiosas em geral;
- (B) constitucional, pois o apoio espiritual deve ser visto na perspectiva mais ampla de preservação da dignidade da pessoa humana, sendo dever do Estado oferecê-lo;
- (C) constitucional, não só porque o Estado Beta detém competência legislativa na matéria, como a manutenção das organizações religiosas é a prioridade da atuação estatal;
- (D) inconstitucional, pois compete privativamente à União definir as situações em que as organizações religiosas devem ser subvencionadas, exigindo-se tratamento nacional uniforme;
- (E) inconstitucional, já que as subvenções, por força do princípio da isonomia, não poderiam ser direcionadas, apenas, às organizações religiosas que já estivessem em funcionamento.

39

Pedro, político de projeção nacional, almeja iniciar os preparativos para constituir um partido político. Para tanto, consultou sua assessoria a respeito das relações que a agremiação, por imperativo constitucional, deveria manter com a Justiça Eleitoral.

Foi corretamente informado a Pedro que os partidos políticos:

- (A) somente se relacionam com a Justiça Eleitoral por ocasião das eleições, momento em que devem registrar seus candidatos e se ajustar aos balizamentos estabelecidos em suas resoluções;
- (B) após adquirirem personalidade jurídica, devem necessariamente registrar seus estatutos no órgão competente da Justiça Eleitoral, além de lhe prestar contas;
- (C) são órgãos da Justiça Eleitoral, devendo cumprir suas determinações para viabilizar a realização das eleições e o cumprimento dos objetivos do princípio democrático;
- (D) são totalmente independentes da Justiça Eleitoral, que somente fiscaliza as eleições, não a sua constituição ou qualquer aspecto decorrente de sua existência;
- (E) somente podem ser constituídos a partir de prévia permissão da Justiça Eleitoral, que avaliará o quantitativo de partidos existentes e sua identidade ideológica.

40

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, foi lotado em órgão de controle interno do Poder Executivo. Ao se inteirar de suas atribuições, foi informado por um colega que, de acordo com a ordem constitucional, essa espécie de órgão deve (1) avaliar a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, mas não os resultados sob o prisma da eficiência, o que se situa no juízo de valor do chefe do Poder Executivo; (2) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; e (3) zelar pela comunicação, ao Tribunal de Contas, de qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilização solidária dos responsáveis pelo órgão.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas a informação 1;
- (B) apenas a informação 2;
- (C) apenas as informações 1 e 2;
- (D) apenas as informações 2 e 3;
- (E) as informações 1, 2 e 3.

Noções de Direito Administrativo

41

Em tema de controle da administração pública, a Controladoria-Geral da União (CGU), em sede de controle externo, está sujeita à:

- (A) fiscalização do Poder Judiciário, nos aspectos ligados à legalidade de suas atividades meio e fim, pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, mas não se submete a outros órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal (MPF);
- (B) atuação do Ministério Público Federal (MPF) e, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas no âmbito da CGU, o MPF, após regular processo administrativo, pode aplicar ao gestor responsável as sanções previstas em lei, como multa proporcional ao dano causado ao erário;
- (C) realização, pelo Tribunal de Contas da União, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- (D) fiscalização do Poder Legislativo, que pode assinar prazo para que a CGU adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Tribunal de Contas da União;
- (E) atuação do Poder Executivo, por meio da Advocacia-Geral da União, que fiscaliza a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União à CGU mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, aplicando as sanções legais aos responsáveis.

42

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

De acordo com a Lei nº 13.709/2018, a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será:

- (A) vedado, em qualquer hipótese, por se tratar de dados sensíveis, cuja proteção decorre da supremacia do interesse público;
- (B) permitido, em regra, diante do princípio da publicidade da administração pública, exceto nos casos expressamente previstos em lei;
- (C) vedado, em qualquer hipótese, por se tratar de dados sensíveis, cuja proteção decorre implicitamente de proteção à segurança nacional;
- (D) informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas na lei;
- (E) autorizado, em regra, diante dos princípios da publicidade e da transparência da administração pública, exceto se a entidade titular dos dados previamente impedir o compartilhamento, mediante decisão fundamentada.

43

Cláudio é servidor público federal ocupante de cargo efetivo e atualmente exerce a função de superintendente em órgão que compõe a estrutura do Ministério Alfa. Certo dia, ao chegar no trabalho, Cláudio foi surpreendido com a publicação no diário oficial de ato administrativo praticado pelo ministro que é seu superior hierárquico, avocando competência para prática de ato referente à matéria de competência exclusiva de Cláudio.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a avocação praticada é:

- (A) legal, desde que tenha sido feita em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados em processo administrativo;
- (B) legal, porque houve prévia publicação no diário oficial e o ato de avocação é revogável a qualquer tempo pela autoridade hierarquicamente superior;
- (C) legal, porque decorre do poder hierárquico, e as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado;
- (D) ilegal, porque não se pode aplicar o poder hierárquico para órgãos distintos, sob pena de nulidade do ato administrativo de avocação, por vício insanável no elemento da competência;
- (E) ilegal, porque, apesar de a avocação decorrer do poder hierárquico, que de fato existe no caso, não pode haver avocação de matéria de competência exclusiva do agente de hierarquia inferior.

44

Maria, ocupante de cargo exclusivamente em comissão na Controladoria-Geral da União, completará 75 anos no dia 02/05/2022.

Preocupada em passar o serviço para outro servidor antes de seu próximo aniversário, por entender que será aposentada compulsoriamente, Maria foi conversar com o chefe do setor onde está lotada, ocasião em que foi informada de que, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- (A) será aposentada compulsoriamente no seu próximo aniversário, mediante ato de aposentação declarado com vigência a partir do dia imediato àquele em que atingir a idade limite de permanência no serviço ativo;
- (B) será aposentada compulsoriamente no seu próximo aniversário, de forma automática, independentemente de ato formal de aposentação, cabendo ao Tribunal de Contas da União o registro e a fiscalização, em sede de controle externo, da aposentadoria;
- (C) será aposentada compulsoriamente no seu próximo aniversário, de forma automática, independentemente de ato formal de aposentação, cabendo à Controladoria-Geral da União o registro e a fiscalização, em sede de controle interno, da aposentadoria;
- (D) não será aposentada compulsoriamente no seu próximo aniversário, porque é servidora ocupante de cargo exclusivamente em comissão e, por isso, se submete ao regime geral de previdência social, mas será exonerada automaticamente no dia seguinte a seu aniversário por analogia à regra constitucional de aposentadoria compulsória do servidor público;
- (E) não será aposentada ou exonerada compulsoriamente no seu próximo aniversário, porque é servidora ocupante de cargo exclusivamente em comissão e, por isso, não se submete à regra da aposentadoria compulsória prevista na Constituição da República de 1988, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação a cargo em comissão.

45

João, técnico federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, respondeu a processo administrativo disciplinar (PAD) que, após regular tramitação, lhe ensejou a aplicação da pena de suspensão por noventa dias. Inconformado com a sanção que lhe foi imposta, João ajuizou ação judicial pleiteando a nulidade da pena disciplinar e a declaração de sua inocência na esfera administrativa, alegando exclusivamente que, pelos mesmos fatos, também respondeu a processo criminal que acabou de transitar em julgado, no bojo do qual foi absolvido por falta de provas.

Consoante dispõe a Lei nº 8.112/1990 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão de João deve ser julgada:

- (A) procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal sobre o processo administrativo disciplinar, qualquer que seja o fundamento da decisão judicial;
- (B) procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal por motivo de falta de prova sobre o processo administrativo disciplinar;
- (C) improcedente, diante da independência relativa das esferas penal e administrativa, havendo repercussão apenas em se tratando de absolvição no juízo penal por inexistência do fato ou negativa de autoria, que não é o caso;
- (D) procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial cível ou criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória sobre o processo administrativo disciplinar, pelo respeito à coisa julgada e à segurança jurídica;
- (E) improcedente, diante da independência das instâncias penal, civil e administrativa, não havendo necessária vinculação da autoridade administrativa aos fundamentos da decisão judicial que, contudo, podem contribuir para a valoração da conduta do servidor investigado, a critério discricionário do presidente do PAD.

46

A União, por meio do Ministério da Saúde, pretende realizar contratação em que haja transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia. Após instauração de processo administrativo, o Ministério da Saúde concluiu que o valor estimado da contratação é de R\$ 800.000,00.

Levando em conta a adoção do regime jurídico da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a contratação em tela:

- (A) pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal, com as cautelas procedimentais previstas nas normas de regência;
- (B) pode ser feita mediante dispensa de licitação, por expressa previsão legal, com as cautelas procedimentais previstas nas normas de regência;
- (C) deve ser feita mediante prévia e indispensável licitação, na modalidade concorrência ou pregão, em razão do valor estimado da contratação;
- (D) deve ser feita mediante prévia e indispensável licitação, na modalidade diálogo competitivo, em razão da natureza do objeto da contratação;
- (E) deve ser feita mediante prévia e indispensável licitação, na modalidade concorrência, com adoção do critério de julgamento de técnica e preço, por expressa previsão legal.

47

O cidadão João apresentou requerimento de acesso a determinada informação ao departamento de recursos humanos (DRH) da autarquia federal Beta. O pedido foi indeferido pelo supervisor do setor de pagamento e João apresentou recurso à autoridade hierarquicamente superior, mas o diretor do DRH negou provimento ao recurso. Inconformado, João apresentou novo recurso ao presidente da autarquia federal Beta, que também foi desprovido.

No caso em tela, de acordo com o Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011, João pode apresentar recurso:

- (A) ao ministério que exerce a supervisão ministerial sobre a autarquia Beta, que, se prover o recurso, fixará prazo para o cumprimento da decisão pela autarquia Beta, e, se não prover o recurso, João poderá apresentar novo recurso à Presidência da República;
- (B) ao ministério que exerce a supervisão ministerial sobre a autarquia Beta, que, se prover o recurso, fixará prazo para o cumprimento da decisão pela autarquia Beta, e, se não prover o recurso, não caberá novo recurso administrativo;
- (C) ao próprio presidente da autarquia federal Beta, consistente em recurso de reconsideração e, caso desprovido o recurso, não caberá novo recurso administrativo, pois o pleito já fora decidido por três autoridades diversas;
- (D) à Controladoria-Geral da União, que, se prover o recurso, fixará prazo para o cumprimento da decisão pela autarquia Beta, e, se não prover o recurso, não caberá novo recurso administrativo;
- (E) à Controladoria-Geral da União, que, se prover o recurso, fixará prazo para o cumprimento da decisão pela autarquia Beta, e, se não prover o recurso, João poderá apresentar novo recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

48

Após regular processo licitatório, a União, por meio do Ministério das Cidades, firmou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa, para reforma de um edifício de quatro andares. Um mês após a assinatura do contrato, o Ministério das Cidades, com as devidas justificativas, unilateralmente, resolveu alterar o contrato, pois concluiu ser necessária a modificação do valor contratual em decorrência de diminuição quantitativa de seu objeto, na ordem de 50%, haja vista que agora apenas tem interesse na reforma de dois andares do edifício.

Consoante dispõe a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), por se tratar de alteração unilateral quantitativa, a sociedade empresária Alfa:

- (A) será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato;
- (B) será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, a supressão pretendida na ordem de 50% do valor inicial atualizado do contrato, por se tratar de reforma de edifício;
- (C) não será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, qualquer supressão quantitativa do valor do contrato, em razão do equilíbrio econômico e financeiro que deve ser respeitado nos contratos administrativos;
- (D) não será obrigada a aceitar qualquer supressão quantitativa do valor do contrato, mas pode voluntariamente fazê-lo, desde que haja redução proporcional do valor do contrato, respeitando-se, a um só tempo, a margem de lucro do contratado e a economicidade para o contratante;
- (E) será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, a supressão pretendida, em qualquer percentual incidente sobre o valor do contrato, em razão da cláusula exorbitante que decorre de lei e está implícita em todos os contratos administrativos.

49

Em janeiro de 2022, a sociedade empresária Gama, após processo licitatório, celebrou contrato administrativo com a União, por meio do Ministério Beta, para prestação de determinados serviços. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Gama prestou declaração falsa e praticou ato fraudulento, causando danos à União, em razão da prestação dos serviços contratados de forma diversa do que foi acordado, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo.

Após regular processo administrativo, observando todas as cautelas legais, com base na Lei nº 14.133/2021, a União deve aplicar à sociedade empresária Gama a sanção administrativa de:

- (A) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de três anos;
- (B) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública federal, pelo prazo mínimo de cinco anos e máximo de oito anos;
- (C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos;
- (D) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de cinco anos e máximo de oito anos;
- (E) ressarcimento integral do dano ao erário, implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, e impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de oito anos.

50

O Estado Alfa foi inscrito em cadastros desabonadores da União (Siafi/Cauc/Cadin) exclusivamente em razão de descumprimento de limites de gastos pelo Ministério Público do Estado Alfa. Inconformado, o Estado Alfa ajuizou ação judicial pleiteando sua exclusão dos citados cadastros negativos, sustentando exclusivamente a ilegalidade de imposição de sanções ao Poder Executivo estadual em virtude de pendências de órgãos dotados de autonomia institucional e orgânico-administrativa, tais como o Ministério Público Estadual, na medida em que o governo do Estado não tem competência para intervir na esfera orgânica dessas instituições autônomas.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a tese do Estado Alfa:

- (A) merece prosperar, com base no princípio da administração pública da intranscendência subjetiva das sanções;
- (B) merece prosperar, com base no princípio da administração pública da autotutela;
- (C) não merece prosperar, com base no princípio da administração pública da eficiência;
- (D) não merece prosperar, com base no princípio republicano da separação dos poderes;
- (E) não merece prosperar, com base no princípio da administração pública da impessoalidade.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

51

As receitas são um dos pilares do orçamento público e sua correta classificação contribui para gerar relatórios relevantes para o processo de gestão pública. A classificação econômica das receitas públicas apresenta as categorias correntes e de capital.

Ao examinar um relatório analítico de receitas ao final de um dado exercício para identificar eventuais inconsistências, um servidor técnico da área de controle deve considerar que:

- (A) as disponibilidades financeiras do ente são diversamente afetadas pela arrecadação de receitas correntes e de capital;
- (B) as operações intraorçamentárias são restritas a receitas correntes;
- (C) as receitas correntes e as de capital provocam efeitos diferentes no patrimônio líquido do ente;
- (D) as receitas de capital são reconhecidas em base diferente das receitas correntes;
- (E) os investimentos devem ser custeados prioritariamente por receitas de capital.

52

Ao avaliar o texto e anexos da Lei Orçamentária Anual (LOA) de um ente para um dado exercício, um servidor da área de controle identificou um item que considerou incompatível para esse instrumento. Porém, ao discutir o caso com outros colegas do seu departamento, o servidor admitiu que estava equivocado.

O item identificado pelo servidor na análise da LOA refere-se:

- (A) à definição da margem de expansão dos programas de duração continuada;
- (B) ao parâmetro para limitação de empenho em caso de frustração na arrecadação;
- (C) à previsão de alteração de alíquota de um tributo de competência do ente;
- (D) às previsões de despesas para exercícios seguintes;
- (E) à revisão de metas fiscais previstas na LDO.

53

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal é formado por um órgão central, a Secretaria Federal de Controle Interno, e por órgãos setoriais. A organização e as competências dos órgãos do sistema são legalmente definidas.

A atuação dos órgãos setoriais do sistema decorrente das disposições legais:

- (A) abrange órgãos da estrutura de assistência e previdência social;
- (B) engloba órgãos e entidades da área econômica e de controle financeiro;
- (C) está restrita a órgãos e entidades que operam fora do território nacional;
- (D) está subordinada em caráter facultativo à orientação normativa do órgão central;
- (E) está sujeita à supervisão técnica do órgão central do Sistema de Controle Interno.

54

Um servidor lotado em uma comissão de orçamento de um ente legislativo estava tentando explicar para um parlamentar a diferença entre despesas de capital que devem ser classificadas como investimentos e aquelas que são tidas como inversões financeiras. O parlamentar queria propor uma emenda ao orçamento para uma despesa de capital do tipo inversão financeira.

Uma característica das despesas classificáveis nesse grupo é:

- (A) preservar a disponibilidade financeira do ente;
- (B) relacionar-se ao custeio do serviço da dívida pública;
- (C) ser direcionada à constituição ou aumento do capital de empresas;
- (D) ser limitada a um percentual da receita corrente líquida do ente;
- (E) ser proposta exclusivamente por meio de emendas parlamentares.

55

No arcabouço conceitual-normativo do orçamento público há muitos conceitos associados à contabilidade. Quando se fala de despesa contábil, por exemplo, tem-se a ideia de consumo de recursos, com consequente redução patrimonial. Porém, no orçamento público, a concepção de despesa tem uma perspectiva diversa.

Esse entendimento é importante principalmente para a avaliação do impacto e dos desdobramentos da execução de despesas no patrimônio público.

Uma despesa orçamentária cujo reconhecimento diverge do conceito contábil de despesa pode ser ilustrada por:

- (A) amortização da dívida;
- (B) arrendamento mercantil;
- (C) concessão de benefícios sociais;
- (D) juros e encargos da dívida;
- (E) subvenções econômicas.

56

O orçamento pode ser considerado um instrumento básico de ação no contexto da gestão pública. Sua elaboração e execução devem seguir normas que assegurem a aplicação regular dos recursos públicos.

Uma equipe de servidores responsável pela consolidação da proposta orçamentária de um ente público para um dado exercício deve considerar que o orçamento:

- (A) define o custo dos programas e ações públicas;
- (B) deve conservar sua natureza incremental;
- (C) dispensa vinculação com ações de exercícios anteriores;
- (D) possui como alvo a arrecadação de recursos;
- (E) tem base nos órgãos e unidades orçamentárias.

57

Após o devido processo licitatório, uma entidade assinou um contrato com uma empresa prestadora de serviço, detalhando diretrizes e condições para a prestação do serviço pelo período de um ano, conforme previsto no edital.

Por se tratar de uma despesa contratual, de acordo com as disposições normativas, quanto ao empenho de tal despesa:

- (A) deverá ser do tipo ordinário;
- (B) é facultada a especificação do nome do credor na nota de empenho;
- (C) poderá ser reforçado por meio de um crédito especial;
- (D) poderá ter seu saldo alocado em despesa da mesma natureza no exercício seguinte;
- (E) recomenda-se que o número da nota de empenho conste no contrato.

58

O processo de planejamento no âmbito da administração pública brasileira conta com instrumentos legais que, de forma integrada, contribuem para a boa gestão dos recursos públicos. Um desses instrumentos, o Plano Plurianual, é um dos mais desafiadores quanto à elaboração e ao acompanhamento por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

Um elemento desse instrumento que dificulta a sua comparabilidade ao longo do tempo e com outros entes é:

- (A) ausência de efetiva integração com a LDO;
- (B) dificuldade de alteração dos programas definidos;
- (C) excessivo detalhamento dos objetivos e metas;
- (D) falta de regulamentação dos critérios de regionalização;
- (E) inexistência de avaliação periódica dos programas.

59

A atividade de planejamento que dá suporte aos pilares do orçamento público – receitas e despesas públicas – requer o uso de informações de qualidade, para que seja efetiva como ferramenta para o gestor público.

Uma etapa crucial na elaboração de qualquer orçamento é a previsão das receitas. Essa etapa antecede a fixação das despesas a serem incluídas no orçamento, além de ser base para se estimarem as necessidades de financiamento do governo.

Nessa etapa devem ser selecionadas informações relevantes e dispensadas aquelas que podem afetar a qualidade da previsão.

Uma informação que pode ser dispensada nessa etapa refere-se:

- (A) à arrecadação registrada nos exercícios anteriores;
- (B) aos efeitos de alterações na legislação tributária;
- (C) à expectativa de crescimento econômico;
- (D) ao valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior;
- (E) à variação do índice de preços ao consumidor.

60

Um servidor alocado em uma unidade de controle interno de um ente público estava avaliando a adequação das peças orçamentárias, quando algo chamou a sua atenção ao analisar os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente.

A ausência de item obrigatório no Anexo de Riscos Fiscais que pode ter chamado a atenção do servidor foi:

- (A) memória de cálculo e metodologia para avaliação dos riscos;
- (B) parâmetros de alocação da reserva de contingência para cobertura dos riscos fiscais;
- (C) providências a serem tomadas em caso de concretização dos riscos fiscais;
- (D) quadro comparativo com os riscos fiscais identificados no exercício anterior;
- (E) quadro comparativo da situação financeira e atuarial do regime de previdência do ente.

Noções de Administração Geral

61

Frederico é coordenador de Tecnologia da Informação (TIC) em um importante órgão da Administração Pública Federal. Recentemente, ele participou de uma das mais importantes conferências sobre inovações tecnológicas voltadas para o setor público. Sua participação tinha como objetivo buscar informações sobre novas tecnologias e analisar iniciativas de TIC de outros órgãos a fim de comparar com as práticas internas do órgão em que trabalha.

Ao participar da referida conferência, Frederico desempenhou o seguinte papel do administrador:

- (A) monitor;
- (B) elemento de ligação;
- (C) porta-voz;
- (D) empreendedor;
- (E) símbolo.

62

No documento que formaliza o planejamento de uma entidade governamental para os próximos dez anos consta o seguinte objetivo:

“Fortalecer a difusão do conhecimento produzido na instituição ao público interno e externo, por meio de ações voltadas ao ensino e pesquisa.”

Quanto ao nível hierárquico, trata-se de um objetivo:

- (A) divisional;
- (B) funcional;
- (C) estratégico;
- (D) operacional;
- (E) tático.

63

Após receber algumas denúncias nos canais internos de comunicação, uma autarquia federal resolveu criar um comitê para verificar possíveis irregularidades na execução de contratos vigentes do órgão com empresas de prestação de serviços gráficos.

O controle exercido por essa autarquia na situação acima é do tipo:

- (A) simultâneo;
- (B) preventivo;
- (C) posterior;
- (D) por feedback;
- (E) abstrato.

64

Um diretor de Recursos Humanos e sua equipe identificaram um conjunto de alternativas cabíveis para a implementação da gestão do desempenho no órgão, mas eles não conseguem avaliar qual delas é a melhor.

A técnica de apoio à decisão que pode ajudar o diretor e sua equipe na situação acima é o(a):

- (A) matriz de resultados;
- (B) *brainstorming*;
- (C) conflito criativo;
- (D) *benchmarking*;
- (E) inteligência competitiva.

65

Observe parte do organograma de um órgão público de controle a seguir.



O critério de departamentalização usado na Secretaria de Controle Interno é:

- (A) funcional;
- (B) por serviço;
- (C) por cliente;
- (D) por processo;
- (E) territorial.

66

Em um hospital público, toda vez que o estoque de um medicamento atinge um ponto crítico, o sistema emite uma notificação para que o gestor responsável pelo estoque prepare um pedido de compra, visando à reposição do medicamento. A quantidade a ser comprada a cada pedido é definida conforme informações abaixo. Por exemplo, quando a quantidade do medicamento V atinge o seu ponto crítico, o gestor emite uma ordem de compra de 78 unidades desse medicamento.

[A]	[B]	[C]	[D]	[Q]
V	2.218	40,00	29,49	78
X	2.084	40,00	18,58	95
Y	1.205	40,00	23,10	65
W	1.036	40,00	22,20	61
Z	602	40,00	13,80	59

[A] = nome do medicamento

[B] = demanda anual do medicamento (em unidades)

[C] = custo de emissão do pedido de compra (em reais)

[D] = custo anual de estocagem (em reais)

[Q] = quantidade do medicamento a ser adquirida por ordem de compra (em unidades)

$$\text{Sendo que } Q = \sqrt{\frac{2 \cdot B \cdot C}{D}}$$

A técnica de gestão de estoques usada por esse hospital é o(a):

- (A) curva ABC;
- (B) sistema *Just in time*;
- (C) planejamento de necessidades de materiais;
- (D) lote econômico de compra;
- (E) ciclo PDCA.

67

O gerente do setor de ouvidoria de um órgão público criou o programa “Excelência no Atendimento”, cujo objetivo é reconhecer a excelência e a qualidade do trabalho dos seus funcionários. Os servidores que se destacam no atendimento aos cidadãos que procuram a Ouvidoria do órgão são homenageados pelo gerente em cerimônia pública, e recebem dele uma placa e uma medalha de condecoração.

Na situação acima, o gerente exerce a função administrativa de:

- (A) planejamento;
- (B) direção;
- (C) organização;
- (D) monitoramento;
- (E) controle.

68

Em meio à adoção do teletrabalho, um departamento passou a controlar o trabalho semanal de seus técnicos, conforme apresentado na tabela a seguir.

Semana 1		
Nome do Técnico	Quantidade de Horas Trabalhadas	Quantidade de Processos Analisados
João	34	11
Denise	28	10
Rebeca	40	12
Carlos	42	13
Aristides	32	10

Com base exclusivamente na tabela acima, o(a) técnico(a) com maior eficiência na Semana 1 foi:

- (A) João;
- (B) Denise;
- (C) Rebeca;
- (D) Carlos;
- (E) Aristides.

69

Veja a seguir a tirinha do cartunista argentino Quino. Nela, o termo “burocracia” está sendo usado com um sentido negativo.



Entretanto, conforme elucidado pelo sociólogo Robert Merton, o que é entendido como algo negativo na burocracia são suas disfunções, e não o modelo em si.

Nesse sentido, uma das disfunções da burocracia identificada por Merton é a:

- (A) impessoalidade nas relações entre os funcionários;
- (B) instabilidade da ordem vigente;
- (C) perda da visão do conjunto dos objetivos organizacionais;
- (D) baixa conformidade com rotinas e procedimentos;
- (E) ausência de sinais de autoridade.

70

Dois órgãos públicos, A e B, tinham um mesmo objetivo: digitalizar todos os serviços por eles oferecidos ao público. Após muitos estudos e reuniões de avaliação de alternativas, o órgão A optou por abrir uma licitação para contratação de empresa terceirizada que pudesse implementar a digitalização dos serviços do órgão. Por outro lado, o órgão B decidiu abrir concurso público para contratar profissionais da área de tecnologia da informação capazes de executar o projeto de digitalização dos serviços. Ao final do mesmo período, ambos os órgãos conseguiram deixar seus serviços totalmente digitais.

Na Teoria dos Sistemas, o conceito que explica o fato de os órgãos A e B alcançarem o mesmo objetivo por caminhos diferentes é:

- (A) retroalimentação;
- (B) holismo;
- (C) homeostase;
- (D) entropia negativa;
- (E) equifinalidade.

Controladoria-Geral da União: organização, competências e sistemas estruturantes

71

A Controladoria-Geral da União tem por função precípua ser o órgão central de vários sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, como, por exemplo, do Sistema de Correição (Siscor), nos termos do Decreto nº 5.480/2005.

Quanto ao tema em questão, é correto afirmar que a Controladoria-Geral da União é também o órgão central do:

- (A) Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;
- (B) Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;
- (C) Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal;
- (D) Sistema de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;
- (E) Sistema de Contabilidade Federal.

72

Após inspeção realizada pela Corregedoria-Geral da União em um órgão setorial de correição do Poder Executivo Federal, foi constatado que um processo administrativo disciplinar (PAD) estava paralisado há mais de um ano. O Relatório Final de Inspeção apontou o fato e houve sugestão ao ministro de Estado da Controladoria-Geral da União para sua avocação.

Diante desse cenário, é correto afirmar que a sugestão estará:

- (A) correta, caso o órgão inspecionado tenha condições objetivas para conduzir o processo;
- (B) incorreta, pois não há previsão legal para avocação;
- (C) correta, caso a complexidade e a relevância da matéria justifiquem a medida;
- (D) incorreta, caso tenha envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade;
- (E) incorreta, caso o investigado seja o secretário-executivo do órgão.

73

Nos termos da Lei nº 10.180/2001, compete ao órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal expedir orientações normativas aos órgãos setoriais do sistema.

Em relação à atividade de auditoria interna governamental, é correto afirmar que:

- (A) sua realização depende de autorização dos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas;
- (B) ao prestar serviço de consultoria, a auditoria interna governamental deve assumir responsabilidade pela gestão;
- (C) contempla controles primários a serem instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas;
- (D) os destinatários dos serviços de avaliação e de consultoria prestados pelas unidades de auditoria interna governamental são a alta administração, os gestores das organizações e entidades públicas federais e a sociedade;
- (E) ao prestar serviço de avaliação, a auditoria interna governamental realiza atividades de assessoria e aconselhamento, a partir da solicitação específica dos gestores públicos.

74

João buscou atendimento pessoal em um órgão público federal acerca da prestação de um serviço público. Houve grande demora no atendimento e sua demanda não recebeu resposta conclusiva. Após contato com o órgão central de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, João foi orientado acerca das manifestações possíveis.

Diante dessa situação, é correto afirmar que cabe:

- (A) uma denúncia, já que se trata de uma situação que indica a prática de corrupção;
- (B) uma sugestão, de maneira a pedir a adoção de providências por parte do órgão federal;
- (C) uma reclamação, de maneira a apresentar uma ideia ou proposta de aprimoramento do serviço público prestado pelo órgão público federal;
- (D) uma denúncia, já que a situação em questão indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;
- (E) uma reclamação, de maneira a demonstrar sua insatisfação relativa à prestação do serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço.

75

João, servidor público efetivo de uma autarquia pública federal, respondeu a processo administrativo disciplinar (PAD) instaurado diretamente pela Controladoria-Geral da União em razão da complexidade e relevância da matéria. Após o regular trâmite, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar sugeriu a aplicação de uma penalidade de suspensão de dez dias.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) o julgamento desse processo deve ser feito pelo secretário-executivo da Controladoria-Geral da União;
- (B) o processo deve ser encaminhado ao presidente da autarquia pública federal, para que este profira o julgamento;
- (C) o julgamento desse processo deve ser feito pelo Corregedor-Geral da União;
- (D) o julgamento desse processo deve ser feito pelo secretário de combate à corrupção da Controladoria-Geral da União;
- (E) o processo deve ser encaminhado ao ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, para que este profira o julgamento.

76

José recebeu o convite para exercer o cargo em comissão de titular de unidade de auditoria interna de uma entidade da Administração Pública Federal indireta vinculada a um Ministério. Considerando que José é servidor público efetivo da carreira de Finanças e Controle, é correto afirmar que:

- (A) sua nomeação não depende de prévia aprovação da Controladoria-Geral da União;
- (B) sua nomeação será considerada nula caso seu nome não tenha sido aprovado previamente pela Controladoria-Geral da União;
- (C) José não poderá ocupar o cargo caso tenha sido considerado responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União publicada há mais de dez anos;
- (D) José não poderá ocupar o cargo caso tenha celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela prática de infração disciplinar de menor potencial;
- (E) José poderá ocupar o cargo caso tenha sido considerado responsável por contas certificadas como irregulares pela Controladoria-Geral da União ou pelos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal nos últimos três anos.

77

Em relação ao órgão central de Correição do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:

- (A) supervisiona e coordena os trabalhos de comissões de negociação de acordos de leniência;
- (B) atua tanto na responsabilização de agentes públicos quanto na responsabilização de entes privados;
- (C) propõe e monitora a adoção de medidas para a prevenção e a correção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;
- (D) realiza tratativas com as pessoas jurídicas interessadas em iniciar negociações de acordos de leniência;
- (E) tem atuação apenas preventiva.

78

Maria, utilizando-se da plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, da Controladoria-Geral da União, apresentou uma manifestação em que indica que uma obra pública inacabada em sua cidade, custeada com recursos públicos federais, pode ter sido alvo de corrupção materializada por desvio de recursos para políticos locais. Maria solicitou que seu nome fosse mantido em sigilo.

Diante dessa situação, é correto afirmar que, por se tratar de:

- (A) uma denúncia, a identidade da denunciante não pode ser mantida em sigilo, pois a Constituição da República de 1988 proíbe o anonimato (Art. 5º, IV);
- (B) uma reclamação, a identidade da denunciante pode ser resguardada, tendo tramitação adotada para informações e documentos não restritos;
- (C) uma denúncia, a identidade da denunciante não pode ser mantida em sigilo, por ser uma obra custeada com recursos públicos;
- (D) uma denúncia, a identidade da denunciante pode ser resguardada, tendo tramitação adotada para informações e documentos não restritos;
- (E) uma denúncia, a identidade da denunciante pode ser resguardada, tendo tramitação diferenciada daquela adotada para informações e documentos não restritos.

79

O Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal foi instituído com a finalidade de coordenar as atividades de ouvidoria desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Acerca desse Sistema, é correto afirmar que:

- (A) a ouvidoria deverá responder às manifestações de forma conclusiva em até vinte dias;
- (B) manifestações recebidas em meio físico não precisam ser digitalizadas e inseridas na plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR;
- (C) a ouvidoria não poderá solicitar ao usuário complementação de informação no caso de as informações apresentadas serem insuficientes para a análise da manifestação;
- (D) os órgãos públicos deverão constituir uma ouvidoria, não sendo possível atribuir a outra unidade da organização a competência para realizar as atividades típicas de ouvidoria previstas em lei;
- (E) a unidade setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal será, de preferência, diretamente subordinada à autoridade máxima do órgão ou da entidade da Administração Pública Federal.

80

O Decreto nº 10.756/2021 instituiu um sistema estruturador em matéria de integridade pública, de modo a dispor sobre a estrutura e o funcionamento do novo Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (Sipef).

Acerca desse Sistema, é correto afirmar que:

- (A) compõe o Sipef como órgão central a Secretaria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União;
- (B) são consideradas funções de integridade aquelas constantes dos sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética e transparência;
- (C) os responsáveis pelas atividades das unidades setoriais do Sipef devem possuir reputação ilibada e não precisam ter vínculo permanente com a Administração Pública Federal;
- (D) as atividades das unidades setoriais do Sipef não ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central;
- (E) compõe o Sipef como órgão central o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União.

REDAÇÃO

A pandemia causou indiretamente uma revolução nos espaços do estudo e do trabalho: a possibilidade de realizar essas duas atividades a distância. Essa experiência provocou duas atitudes opostas: a de quem considera dispensáveis as tarefas presenciais, e a de quem julga estas tarefas indispensáveis, vendo o trabalho e o estudo a distância como perda de tempo ou de pouca eficiência.

Num texto argumentativo, redigido em língua culta, você deve expressar suas opiniões a respeito das atividades a distância nos espaços referidos, considerando, sobretudo, as possibilidades futuras.

Valor: 30 pontos

Máximo de 30 linhas.

Rascunho para a Redação

1

5

10

15

20

25

30

Realização

